



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI ORDINÁRIA Nº 2397/1988		
Ementa DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE USO DE LOTES DE TERRENO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL A ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS.		
Data da Norma 25/05/1988	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência Revogada		
Histórico de Alterações		
Data da Norma 16/12/2021	Norma Relacionada Lei Ordinária nº 7728/2021	Efeito da Norma Relacionada Revogada pela

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO ENG.º JOSÉ CARLOS TONIN

LEI Nº 2.397 DE 25 DE MAIO DE 1.988

"Dispõe sobre concessão de uso de lotes de terra do Patrimônio Público Municipal a Arquidiocese de Campinas".

O ENGº JOSÉ CARLOS TONIN, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, a mediante contrato, conceder à Arquidiocese de Campinas, o uso de 07 (sete) lotes da Quadra "M" do Loteamento denominado Jardim Tancredo Neves, em Indaiatuba, com as seguintes características: Lote 09 que mede 7,50m de frente para a Rua 12; 7,50m de fundo confrontando com o lote 26 da Quadra M; 20,00m do lado direito confrontando com o lote 10 da Quadra M; 20,00m do lado esquerdo confrontando com o lote 08 da Quadra M; encerrando uma área de 150,00m²; lote 10 que mede 7,50m de frente para a Rua 12; 7,50m de fundo confrontando com os lotes 26 e 25 da Quadra M; 20,00m do lado direito confrontando com o lote 11 da Quadra M; 20,00m do lado esquerdo confrontando com o lote 09 da Quadra M; encerrando uma área de 150,00m²; lote 11 que mede 7,50m de frente para a Rua 12; 7,50m de fundo confrontando com os lotes 25 e 24 da Quadra M; 20,00m do lado direito confrontando com o lote 12 da Quadra M; 20,00m do lado esquerdo confrontando com o lote 10 da Quadra M encerrando uma área de 150,00m²; lote 12 que mede 7,50m de frente para a Rua 12; 7,50m de fundo confrontando com o lote 24 da Quadra M; 20,00m do lado direito confrontando com o lote 13 da Quadra M; 20,00m do lado esquerdo confrontando com o lote 11 da Quadra M encerrando uma área de 150,00m²; lote 24 que mede 11,11m de curva de frente para a Rua 13; 10,70m de fundo confrontando com os lotes 12 e 11 da Quadra M; 18,50m do lado direito confrontando com o lote 25 da Quadra M; 15,30m do lado esquerdo confrontando com o lote 13 da Quadra M encerrando a área de 181,41m²; lote 25 que mede 10,18m em cur



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO ENG.º JOSÉ CARLOS TONIN

va de frente para a Rua 13; 10,00m de fundo confrontando com os lotes 11 e 10 da Quadra M; 19,88m do lado direito confrontando com o lote 26 da Quadra M; 18,50m do lado esquerdo confrontando com o lote 24 da Quadra M encerrando uma área de 191,00m²; lote 26 que mede 9,29m em curva de frente para a Rua 13; 9,30m de fundo confrontando com os lotes 10 e 9 da Quadra M; 20,00m do lado direito confrontando com o lote 27 da Quadra M; 19,88m do lado esquerdo confrontando com o lote 25 da Quadra M encerrando uma área de 185,74m².

Art. 2º - A concessão de uso dos lotes descritos no artigo anterior vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Art. 3º - A concessionária ficará obrigada a, no uso do imóvel descrito no art. 1º desta lei:

I - usá-lo para a construção de um Centro Comunitário com fins educacionais e assistenciais.

II - dar início à construção de um prédio destinado à realização de suas atividades, com uma área de no mínimo 200m² (duzentos) metros quadrados, no prazo de um ano, e concluí-lo no prazo de 08 (oito) anos, a contar da data da assinatura do respectivo contrato de concessão de uso;

III - manter o imóvel em funcionamento;

IV - manter o terreno limpo e as edificações e instalações em boas condições de conservação.

Art. 4º - A concessão de uso de que trata esta lei ficará automaticamente revogada, sujeitando-se a concessionária à devolução da posse do imóvel com as benfeitorias nele construídas, sem direito a quaisquer indenização, nos casos de:

I - não cumprimento de qualquer uma das obrigações previstas no art. 3º desta lei;

II - dissolução da concessionária;

III - uso do imóvel para fins lucrativos ou mediante discriminação de sexo, raça, trabalho, credo religioso ou convicções políticas.

Art. 5º - Fica dispensada a realização de concorrência pública para a concessão de uso de que trata esta lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO ENG.º JOSÉ CARLOS TONIN



Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 25 de maio de 1.988.

ENG.º JOSÉ CARLOS TONIN
PREFEITO MUNICIPAL